



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FAPERGS NA FORMA ABAIXO.

PRIMEIRO PARTÍCIPE

<u>Nome:</u> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		
<u>Natureza Jurídica:</u> Fundação Pública Federal criada pela Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951 e transformada pela Lei nº 6.129, de 06 de novembro de 1974.		
<u>CNPJ n.º:</u> 33.654.831/0001-36		
<u>Endereço:</u> SAUS, Qd. 01, Lote 06, Bloco H, Ed. Telemundi II		
<u>Cidade:</u> Brasília	<u>UF:</u> DF	<u>CEP:</u> 70297-400
<u>Representante Legal:</u> Ricardo Magnus Osório Galvão		
<u>C.P.F./ M.F.:</u> ***.597.848-**		
<u>Nacionalidade:</u> Brasileira		
<u>Cargo:</u> Presidente		
<u>Ato de Nomeação:</u> Portaria da Presidência da República/Casa Civil Nº 1.505, de 06 de fevereiro de 2023, publicada no DOU em 07 de fevereiro de 2023, Edição Nº 27, Seção 2.		

Doravante denominado **CNPq**

SEGUNDO PARTÍCIPE

<u>Nome:</u> Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul		
<u>Natureza Jurídica:</u> Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa		
<u>CNPJ n.º:</u> 93.017.663/0001-08		
<u>Endereço:</u> Av. Borges de Medeiros, 261 - 2º andar - Centro Histórico		
<u>Cidade:</u> Porto Alegre	<u>UF:</u> RS	<u>CEP:</u> 90020-021
<u>Representante Legal:</u> Odir Antônio Dellagostin		
<u>C.P.F.:</u> ***.518.500-**		
<u>Nacionalidade:</u> Brasileira		
<u>Cargo:</u> Diretor Presidente		

Ato de Designação/Nomeação: Ato pessoal do governador do estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o processo administrativo nº 19/2551-0000905, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul nº 167, página 10, de 30 de agosto de 2022.

Doravante denominado **FAPERGS**

Os **PARTÍCIPIES** anteriormente qualificados resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, devendo ser executado com estrita observância das condições constantes das cláusulas e condições que aceitam e mutuamente se outorgam nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Constitui objeto deste Acordo propiciar a atuação conjunta do CNPq e da FAPERGS, no sentido de cofinanciar, no estado do Rio Grande do Sul, projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País no âmbito da Chamada CNPq/CONFAP-FAPs n.º 24/2024 - Programa de Apoio a Projetos de Pesquisas para a Capacitação e Formação de Recursos Humanos em Taxonomia Biológica - PROTAX, com a descrição contida no PLANO DE TRABALHO, que, independentemente de transcrição, passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Quanto às atribuições e responsabilidades inerentes à plena realização do objeto deste Acordo, compete:

Ao CNPq:

1. contratar, por meio de instrumentos próprios, o(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito da Chamada CNPq/CONFAP-FAPs n.º 24/2024 - Programa de Apoio a Projetos de Pesquisas para a Capacitação e Formação de Recursos Humanos em Taxonomia Biológica - PROTAX, relacionados no PLANO DE TRABALHO, dentro do limite orçamentário da Agência;
2. implementar os auxílios financeiros do(s) projeto(s) contratado(s) pelo CNPq, conforme normas e diretrizes próprias;
3. acompanhar e avaliar a execução do(s) projeto(s) contratado(s) no âmbito do Programa de Apoio a Projetos de Pesquisas para a Capacitação e Formação de Recursos Humanos em Taxonomia Biológica - PROTAX;
4. informar os Partícipes o resultado da avaliação dos projetos contratados no âmbito deste Acordo;
5. avaliar a prestação de contas final do(s) projeto(s) contratado(s) pelo CNPq;
6. informar aos partícipes eventuais alterações na execução dos projetos contratados no âmbito deste Acordo; e
7. garantir o cumprimento dos compromissos correspondentes à sua participação prevista neste Acordo.

À FAPERGS:

1. contratar, por meio de instrumentos próprios, o(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito da Chamada CNPq/CONFAP-FAPs n.º 24/2024 - Programa de Apoio a Projetos de Pesquisas para a Capacitação e Formação de Recursos Humanos em Taxonomia Biológica - PROTAX, relacionado(s) no PLANO DE TRABALHO, dentro do limite orçamentário da Fundação;
2. implementar os auxílios financeiros do(s) projeto(s) contratados pela FAP, conforme normas e diretrizes próprias;
3. participar de eventuais ações de acompanhamento e avaliação do(s) projeto(s) destacados no Plano de Trabalho, contratado(s) no âmbito do PROTAX;
4. avaliar a prestação de contas final do(s) projeto(s) contratado(s) pela FAP;
5. informar aos partícipes eventuais alterações na execução dos projetos contratados; e
6. garantir o cumprimento dos compromissos correspondentes à sua participação prevista neste Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA EXECUÇÃO

Importa o presente Acordo o valor global de R\$ 1.577.143,32 (um milhão, quinhentos e setenta e sete mil cento e quarenta e três reais e trinta e dois centavos).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O CNPq disponibilizará recursos orçamentários/ financeiros no valor de R\$ 1.224.223,20 (um milhão, duzentos e vinte e quatro mil duzentos e vinte e três reais e vinte centavos), na rubrica de Bolsa, conforme discriminação orçamentária detalhada no PLANO DE TRABALHO.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A FAPERGS disponibilizará recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$ 352.920,12 (trezentos e cinquenta e dois mil novecentos e vinte reais e doze centavos), na rubrica de Custeio, conforme discriminação orçamentária detalhada no PLANO DE TRABALHO.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Para a consecução do objeto do presente instrumento, não haverá transferência de recursos entre os **PARTÍCIPEs**.

CLÁUSULA QUARTA

DO PESSOAL

O pessoal envolvido na execução deste Acordo guardará seu vínculo e subordinação com a instituição a cujo quadro pertencer, não tendo e nem vindo a assumir vínculo de qualquer natureza com o outro **PARTÍCIPE** e deste não podendo demandar quaisquer pagamentos ou remuneração, sendo estes de inteira responsabilidade da instituição que os tiverem contratado ou empregado na execução dos trabalhos.

CLÁUSULA QUINTA

DOS BENS E MATERIAIS PERMANENTES

Os equipamentos e materiais permanentes a serem adquiridos, produzidos, transformados ou constituídos com os recursos concedidos pelos **PARTÍCIPEs** são de propriedade dos **PARTÍCIPEs** e poderão ser doados, analisada a oportunidade e conveniência socioeconômica, mediante procedimento(s) próprio(s), observando-se as normas de cada **PARTÍCIPE** e as demais disposições legais vigentes.

CLÁUSULA SEXTA

DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA

As Partes acordam que quaisquer direitos de propriedade intelectual, resultantes do processo de implementação deste Acordo, serão regidos pelas legislações nacionais aplicáveis em cada país, bem como pelas convenções internacionais de propriedade intelectual das quais ambos os países sejam signatários e pelas cláusulas e condições aqui estabelecidas.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Os direitos de propriedade intelectual sobre qualquer criação, que possam resultar das atividades relacionadas à cooperação prevista no âmbito deste Acordo, pertencerão às instituições que a desenvolverem e serão disciplinados em contrato específico entre elas firmado, com a ciência das **Partes** signatárias do presente Acordo.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A participação nos resultados da exploração comercial dos direitos da propriedade intelectual, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, será definida em contrato a ser celebrado entre as instituições proprietárias desses direitos e, quando for apropriado, com a participação das **Partes** signatárias do presente Acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PUBLICAÇÕES INTELECTUAIS

As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais, relacionados com os recursos do presente Acordo, deverão trazer a logomarca e fazer menção expressa ao apoio recebido do CNPq e da FAPERGS.

CLÁUSULA OITAVA

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o prazo previsto para a execução do objeto, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, mediante proposta a ser apresentada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, anteriores ao término de sua vigência, fundamentada em razões concretas que justifiquem a prorrogação.

CLÁUSULA NONA

DAS ALTERAÇÕES

As condições estabelecidas no presente instrumento poderão ser alteradas, mediante a assinatura de termos aditivos, com as devidas justificativas, mediante proposta a ser apresentada no prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos antes da data que se pretenda implementar as alterações, dentro da vigência do instrumento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Fica vedado o aditamento do presente Acordo com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA EXECUÇÃO DO ACOMPANHAMENTO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

No prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente Acordo, cada **PARTÍCIPE** designará formalmente o responsável titular e respectivo suplente, preferencialmente servidores públicos, para acompanhar a execução e o cumprimento do objeto do Acordo de Cooperação Técnica.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Competirá aos responsáveis a comunicação com o outro **PARTÍCIPE**, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro **PARTÍCIPE**, no prazo de até 30 dias da

ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Ao término do prazo de vigência, deverão os **PARTÍCIPIES** apresentar relatório de cumprimento de objeto, consolidando dados e valores das ações desenvolvidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA DENÚNCIA

Este Acordo poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos **PARTÍCIPIES**, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados os compromissos financeiros entre os **PARTÍCIPIES**, creditando, igualmente, os benefícios adquiridos no período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA RESCISÃO

A rescisão decorrerá do descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste Acordo, devendo o **PARTÍCIPE** que se julgar prejudicado notificar o outro **PARTÍCIPE** para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Prestados os esclarecimentos, os **PARTÍCIPIES** deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do Acordo.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Decorrido o prazo para esclarecimento, caso não haja resposta, o Acordo será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA PUBLICAÇÃO

Após assinatura pelos **PARTÍCIPIES** o CNPq providenciara a publicação do presente Acordo, por extrato, no Diário Oficial da União.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A eficácia do Acordo de Cooperação Técnica fica condicionada à divulgação do seu inteiro teor nos sítios eletrônicos oficiais dos **PARTÍCIPIES**, no prazo de até 10 (dez) dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DO FORO

Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por consentimento, os **participes** solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam os **PARTÍCIPES** o presente instrumento para que produza entre si os efeitos legais.

Pelo CNPq:

Ricardo Magnus Osório Galvão

Presidente

[Assinado e Datado Eletronicamente]

Pela FAPERGS

Odir Antônio Dellagostin

Diretor Presidente

[Assinado e Datado Eletronicamente]



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO, Presidente do CNPq - Portaria Casa Civil nº 1.505 de 06 de fevereiro de 2023**, em 06/08/2025, às 17:44, conforme o art. 6º do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Odir Antonio Dellagostin, Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 22:34, conforme o art. 6º do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cnpq.br/verifica.html> informando o código verificador **2440165** e o código CRC **40C72283**.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 01, Lote 06, Bloco H - Bairro Asa Sul - Edifício Telemundi II
CEP 70070-010 - Brasília - DF - www.gov.br/cnpq
+55 61 3211-9281



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 01, Lote 06, Bloco H - Bairro Asa Sul - CEP 70070-010 - Brasília - DF -
www.gov.br/cnpq
Edifício Telemundi II

PLANO DE TRABALHO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FAPERGS.

1. PRIMEIRO PARTÍCIPE

<u>Nome:</u> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		
<u>Natureza Jurídica:</u> Fundação Pública Federal criada pela Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951 e transformada pela Lei n.º 6.129, de 06 de novembro de 1974.		
<u>CNPJ n.º:</u> 33.654.831/0001-36		
<u>Endereço:</u> SAUS, Qd. 01, Lote 06, Bloco H, Ed. Telemundi II		
<u>Cidade:</u> Brasília	<u>UF:</u> DF	<u>CEP:</u> 70297-400
<u>Representante Legal:</u> Ricardo Magnus Osório Galvão		
<u>C.P.F./ M.F.:</u> ***.597.848-**		
<u>Nacionalidade:</u> Brasileira		
<u>Cargo:</u> Presidente		
<u>Ato de Nomeação:</u> Portaria da Presidência da República/Casa Civil Nº 1.505, de 06 de fevereiro de 2023, publicada no DOU em 07 de fevereiro de 2023, Edição Nº 27, Seção 2.		

Doravante denominado **CNPq**

2. SEGUNDO PARTÍCIPE

<u>Nome:</u> Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul		
<u>Natureza Jurídica:</u> Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa		
<u>CNPJ n.º:</u> 93.017.663/0001-08		
<u>Endereço:</u> Av. Borges de Medeiros, 261 - 2º andar - Centro Histórico		
<u>Cidade:</u> Porto Alegre	<u>UF:</u> RS	<u>CEP:</u> 90020-021
<u>Representante Legal:</u> Odir Antônio Dellagostin		
<u>C.P.F.:</u> ***.518.500-**		
<u>Nacionalidade:</u> Brasileira		
<u>Cargo:</u> Diretor Presidente		
<u>Ato de Designação/Nomeação:</u> Ato pessoal do governador do estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o processo administrativo nº 19/2551-0000905, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul nº 167, página 10,		

Doravante denominado **FAPERGS**

3. DESCRIÇÃO DA AÇÃO

TÍTULO		PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Chamada CNPq/CONFAP-FAPs n.º 24/2024 - Programa de Apoio a Projetos de Pesquisas para a Capacitação e Formação de Recursos Humanos em Taxonomia Biológica - PROTAX		INÍCIO 08/2025	TÉRMINO 07/2030
IDENTIFICAÇÃO			
O Acordo de Cooperação Técnica e o presente PLANO DE TRABALHO firmados entre o CNPq e a FAPERGS visam a implementação, em cofinanciamento, de projeto(s) a ser(em) desenvolvido(s) no estado do Rio Grande do Sul, aprovado(s) no âmbito da Chamada CNPq/CONFAP-FAPs n.º 24/2024 - Programa de Apoio a Projetos de Pesquisas para a Capacitação e Formação de Recursos Humanos em Taxonomia Biológica - PROTAX e cujo(s) coordenador(es) e respectiva(s) instituição(ões) de execução seguem discriminados no quadro intitulado IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS E VALORES POR RUBRICA.			
JUSTIFICATIVA			
A articulação entre o CNPq e a FAPERGS visa à melhoria das condições de financiamento e manutenção das atividades do PROTAX, com vistas a desenvolver competências e promover a geração de conhecimento científico voltado para o desenvolvimento sustentável do estado do Rio Grande do Sul.			

4. IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS E VALORES POR RUBRICA (R\$ 1,00)

Coordenador do Projeto	Instituição Executora	CNPq (Bolsas)	FAPERGS (Custeio)
Andre Jasper	UNIVATES - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES	262.754,40	100.000,00
Ana Maria Ribeiro	SEMA - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura	325.334,40	98.713,92
Jocelia Grazia	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	153.840,00	15.090,00
Marco Silva Gottschalk	UFPEL - Universidade Federal de Pelotas	260.400,00	91.012,20
Leonardo Rodrigo Kerber Tumeleiro	UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	221.894,40	48.104,00
Total por PARTÍCIPE		1.224.223,20	352.920,12
Total Global do Acordo		1.577.143,32	

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META	ETAPA / FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNID.	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
01		CNPq				

	01	Pagamento de Bolsas	Mensalidade	48	03/2025*	06/2029
02		FAPERGS				
	01	Pagamento de Custeio	Parcela	1	08/2025	12/2025

*O início da execução de recursos do CNPq ocorreu a partir de março de 2025, após a contratação dos projetos, conforme o cronograma previsto na Chamada CNPq/CONFAP-FAPs n.º 24/2024 - PROTAX.

6. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	
CNPq		
339018	Total Auxílio Financeiro a Estudantes (Bolsa)	1.224.223,20
FAPERGS		
339020	Total de Custeio	352.920,12
TOTAL GERAL		1.577.143,32

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

PARTÍCIPE	2025	2026	2027	2028	2029	TOTAL GERAL
CNPq	200.000,00**	350.000,00	350.000,00	200.000,00	124.223,20	1.224.223,20
FAPERGS	352.920,12	0,00	0,00	0,00	0,00	352.920,12
SUB TOTAL	542.920,12	350.000,00	350.000,00	200.000,00	124.223,20	1.577.143,32

**O início da execução de recursos do CNPq ocorreu a partir de março de 2025, após a contratação dos projetos, conforme o cronograma previsto na Chamada CNPq/CONFAP-FAPs n.º 24/2024 - PROTAX.

8. DECLARAÇÃO PELA FAPERGS

Na qualidade de representante legal da FAPERGS, declaro para fins de prova junto ao CNPq, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, que impeça a execução do Acordo de Cooperação Técnica, na forma deste PLANO DE TRABALHO.	
Porto Alegre/RS, [Assinado e Datado Eletronicamente]	Odir Antônio Dellagostin Diretor Presidente

9. APROVAÇÃO PELO CNPq

Brasília/DF

[Assinado e Datado Eletronicamente]

Ricardo Magnus Osório Galvão

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO, Presidente do CNPq - Portaria Casa Civil nº 1.505 de 06 de fevereiro de 2023**, em 06/08/2025, às 17:44, conforme o art. 6º do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Odir Antonio Dellagostin, Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 22:34, conforme o art. 6º do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cnpq.br/verifica.html> informando o código verificador **2440205** e o código CRC **4B0C5870**.